

Inclusion and Paralympic Games: Yes or No? No!

Inclusão e Jogos Paralímpicos: sim ou não? Não!

Rui Proença Garcia

Universidade do Porto – Faculdade de Desporto; Membro Correspondente da Academia Brasileira de Filosofia

Abstract

Inclusion and Paralympic Games seem to be the corollary of an evolution of human thinking about Persons with disabilities. However, it is possible to go even further. Thus, the purpose of this essay is to analyze Inclusion and Paralympic Games presenting a new proposal from the concept of diversity. Inclusion and Paralympic Games can still be seen as forms of social exclusion, so the author defends a society of all and for all, and there is no exclusion. It also supports the existence of Olympic Games whose competitions are governed by the principle of human diversity.

Keywords: Inclusion; Paralympic Games; Diversity; Olympic Games

Resumo

Inclusão e Jogos Paralímpicos parecem ser o corolário de uma evolução do pensamento humano sobre as Pessoas com deficiência. No entanto, é possível ir ainda mais longe. Assim, o propósito deste ensaio é analisar a Inclusão e os Jogos Paralímpicos apresentando uma nova proposta a partir do conceito de diversidade. A Inclusão e os Jogos Paralímpicos podem ser vistos ainda como formas de exclusão social, pelo que o autor defende uma sociedade de todos e para todos, não existindo qualquer tipo de exclusão. Defende também a existência de Jogos Olímpicos cujas competições se regem pelo princípio da diversidade humana.

Palavras-Chave: Inclusão; Jogos Paralímpicos; Diversidade; Jogos Olímpicos

Introdução

Pode parecer estranha a posição sugerida pelo título, que revela uma oposição a duas das mais significativas conquistas da Pessoa com deficiência conseguidas nos últimos tempos. Com efeito, o conceito de inclusão parece ser o corolário de uma tremenda evolução que vem desde a recusa da segregação e a não satisfação com o conceito de integração, e os Jogos Paralímpicos com a consequente afirmação da Pessoa com deficiência no aréopago do desporto e da exaltação das proezas atléticas de alguém que até há bem pouco tempo estava arredado do Movimento Olímpico.

Parecem posições estranhas, mas não são porque é uma exigência de natureza ética querer-se mais e melhor. A posição exposta no título não vai no sentido de um retorno a modelos mais ou menos discriminatórios do passado recente, mas a apontar para o caminho da afirmação da Pessoa Humana independentemente de condições particulares.

Assim, o propósito deste ensaio é equacionar a Pessoa com deficiência enquanto sujeito da sociedade, partindo de um pressuposto humanista centrado no princípio da Dignidade.

Pessoa com Deficiência

O presente estudo contou com a participação de 16. A literatura especializada, e de forma consistente embora lenta aquela não especializada, já integra no seu léxico a expressão “pessoa com deficiência”, abandonando outras mais centradas na própria deficiência, tais como “deficiente”, “portador de deficiência”, “incapacitado”, ou a estranha expressão “portador de necessidades especiais”¹ entre outras de valor análogo.

Sem dúvida que o avanço concetual é considerável, mas ainda se pode ir mais além, bastando para isso escrever com letra maiúscula a primeira letra da palavra Pessoa. Desta forma, enfatiza-se a condição de p(P)essoa, relegando para um plano secundário, mas existente, o conceito de deficiência. **Tem-se** uma deficiência, mas não se **é** deficiente. Deste modo, dá-se mais valor ao **ser** pessoa do que ao **ter** uma deficiência, ou seja, realça-se a dimensão do existir e não do viver.

Com efeito, como nos asseveram os professores Manuel Patrício e Luís Sebastião (Patrício & Sebastião, 2004), viver é biológico enquanto existir é um acontecimento metafísico e religioso. Um animal “simplesmente” vive e o homem, para além da sua condição de ser vivo, existe, o que é qualitativamente diferente. Acentuar a deficiência, seja ela de natureza motora, sensorial e/ou mental, é perceber o ser humano apenas enquanto entidade biológica, esquecendo-se da sua superior qualidade existencial². Colocar um “P” em vez de um

“p” na palavra Pessoa não é um ato gratuito, como também não é desapropriado deixar sempre a deficiência escrita com um “d” bem pequeno. É uma postura humanista que reflete a grandiosidade e a dignidade atribuídas ao ser humano, a qualquer ser para além de singularidades diversas. Ter uma deficiência, qualquer que seja a sua natureza, deve ser visto como uma particularidade e não como o essencial de alguém. Não é nossa intenção mascarar com um discurso romântico a situação da Pessoa com deficiência, levando ao entendimento que tudo é perfeito e normal neste contingente social. Infelizmente a realidade não é essa, até porque o mundo caminha no sentido de radicalizar a “norma” e de estigmatizar qualquer tipo de afastamento em relação à harmonia, mesmo quando se utilizam palavras ou expressões politicamente corretas que, muitas vezes, não passam de eufemismos de exclusão.

É evidente que as palavras têm um determinado campo semântico que deve ser levado em devida consideração quando as interpretamos. Nessa interpretação deve dar-se crédito à bondade de quem as pronuncia, mesmo que o sentido último das mesmas se afastem decisivamente daquilo que se quer defender.

É o caso da palavra/conceito inclusão. A ideia subjacente pode ser excelente e carregada de esperança, mas ao analisá-la profundamente verificamos que poderemos estar perante uma encruzilhada de sentidos.

Este nosso entendimento de forma alguma desvaloriza o sentido evolutivo – e humano – deste conceito em relação aos demais, mas lutar por uma utopia é imperioso.

Inclusão

É humanamente defensável a ideia geradora do conceito de inclusão, pelo menos como uma evolução de paradigmas anteriores e de uma prática à vista de todos. Inclusão pode ser interpretada como um notável passo no sentido de conferir ao ser humano o seu efetivo lugar no mundo, olhando-se para a sua circunstância e desejando-se a sua permanência no seio da sociedade sem qualquer tipo de discriminação. Chamamos a atenção que a perspetiva de inclusão não se esgota na Pessoa com deficiência, adentrando em outras modalidades de se ser humano, nomeadamente a cor da pele, sexo e género, estrato social especialmente no que tange à pobreza, cultura, nacionalidade, grupos com representações sociais negativas como é o caso dos ciganos e, entre outras, a religião.

Durante muito tempo a exclusão de determinadas franjas da população era um facto indesmentível, pelo que uma certa resistência humanista tudo fez – e continua a fazer – para que tal não ocorresse – ou ocorra. Esse movimento manifestou-se em vários meios da sociedade, nomeadamente na educação, que concretizou uma ideia genérica de igualdade de oportunidades, embora nem sempre consubstanciada no ideal de justiça. A integração de Pessoas com

¹ Esta expressão continua muito presente na linguagem comum no Brasil, mesmo em meios académicos.

² Não estamos a referir a corrente filosófica do existencialismo, mas ao conceito de existir exposto.

deficiência na Escola foi uma conquista enorme, que aprez registrar, assim como, mais recentemente, o conceito de inclusão que pressupõe um aprofundamento do modelo anterior. O respeito pela Pessoa patenteia-se nesta evolução concetual, o que é digno de nota.

Porém, o ato de incluir pressupõe uma entidade que assim procede. Pressupõe alguém com esse poder, como se uma sociedade pudesse ter quem quer que seja imbuído dessa determinação.

Com que direito alguém foi excluído? E quem inclui? Há alguém com o poder de incluir? E se inclui, poderá também excluir? São perguntas de difícil resposta, mas provavelmente residem nelas o cerne do problema. Tomando como nossas as palavras de Lévinas (2001, p. 27), “um ser [ou grupo] em particular só pode tomar-se pela totalidade se lhe carecer o pensamento”.

A sociedade não é uma abstração, mas um definido número de pessoas e de instituições³. Uma sociedade, penetrando agora ligeiramente na matriz cultural do cristianismo, somos todos, mesmo todos, e quando alguém é excluído, então todos estão excluídos. Nesta conceção cultural, o pronome *nós* não é apenas o plural de *eu*, significando *todos*. Não há um *eu* e um *outro*, mas tão-somente um *nós*, que somos *todos*. Em conformidade, *nós somos* a sociedade ou, dito de uma outra forma, *todos somos* a sociedade, havendo uma fusão da ideia de *nós* ao sentido expresso pelo pronome *todos*. Na língua espanhola “nosotros” significa “nós”. Nós somos com os outros!

Não concebemos uma sociedade constituída por *uns* e por *outros*, mas sim composta pela totalidade. Sabemos quão difícil é pensar a sociedade desta forma – para nós a única humanamente plausível – porque desde a mais tenra idade somos educados na acentuação da diferença e não na compreensão da diversidade. Esta visão, admitimos que idílica neste nosso tempo, não é de agora, encontrando em Comenius (1996) um acérrimo defensor que a imortalizou na sua Didática Magna⁴. Com efeito, no que se refere à educação, Comenius (1996) coloca na ótica do seu pensamento quatro palavras-chaves que decorrem do essencial do livro: *todos, tudo, todas e sempre*, descodificando-as. Quem na educação? *Todos*. Para aprender o quê? *Tudo*. De que forma? *Todas*. Quando? *Sempre*.

Façamos um pequeno esforço e apliquemos estas perguntas a outras situações do quotidiano, nomeadamente na sociedade e no desporto. Quem na sociedade? *Todos*. Quem no desporto? *Todos*.

Nesta perspetiva torna-se desnecessário o conceito de inclusão porque todas as pessoas são sujeitos da sociedade ou, neste caso, da educação. *Todos*, na visão de Comenius, significa a totalidade de seres humanos,

que não são categorizados por contingentes particulares. *Todos* são mesmo *todos*. Para quê depois querer anunciar a inclusão de alguns? Concretizemos este ideal, que tem mais de 360 anos, para que assim se torne supérflua qualquer outra visão. O conceito determinante para se compreender esta diretriz marcadamente humanista é a diversidade.

A diversidade humana patenteia-se através de múltiplas formas, não deixando cada um de ser humano, radicalmente humano.

Aprofundemos, qual parêntesis, o conceito de diversidade, que também nos será útil para nos guiar pelo labirinto dos Jogos Paralímpicos.

Diversidade

O nosso vocabulário é pródigo em palavras aparentemente próximas umas das outras no que tange ao seu significado, mas quando observadas com relativa profundidade verificamos que entre si se afastam de modo irremediável.

Igualdade e justiça, como já aludimos, podem não significar exatamente o mesmo. Diferente e distinto também não podem ser vistas como palavras sinónimas, pelo menos no que tange ao ser humano. Talvez o senso comum as entenda como sinónimas, mas uma análise mais esclarecida não as percebe enquanto tal.

É habitual ouvir-se falar de igualdade quando se quer referir à diversidade (*todos iguais, todos diferentes*), vendo igualdade e/ou diferença onde há lugar à diversidade, neste caso à diversidade humana.

Sem entrarmos em considerações de ordem biológica ou evolutiva⁵, queremos salientar que o ser humano é um ser “uno e diverso, uniforme e multiforme, convergente e divergente” (Patrício, 2002, p. 76), sendo a cultura a grande fonte de onde brota a diversidade. Boaventura Sousa Santos, numa feliz expressão, afirma que a cultura é a luta contra a uniformidade (Santos, 2001). Reconhecemos a impressionante uniformidade biológica nos mais de sete mil milhões de pessoas que habitam o planeta, muitas delas em situações ambientais opostas relativamente a outras. Viver junto dos Polos não é o mesmo que viver nas zonas tropicais ou no Equador. Viver junto ao mar é diferente de viver em altitude.

A aceitação da diversidade é – devia ser – um imperativo ético, mas ao mesmo tempo parece constituir-se na mais tremenda utopia contemporânea por concretizar, tal é a extensão das práticas pouco condizentes com a perspetiva aqui exposta. Mas, como utopia que é, torna-se imperiosa a sua realização efetiva. É longa a história da aceitação do(s) *outro(s)*, mas também é longa a história da sua eliminação ou subjugação. Os gregos do século IV a.C. eram só 15% da população. As restantes pessoas eram desconsideradas. É conhecido o debate na Junta de

³ Embora interessante, não cabe neste curto ensaio aprofundar o conceito de sociedade, ficando-se na sua superficialidade. Lembramos que com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação o conceito de sociedade alterou-se substancialmente em relação, por exemplo, à sociedade dos tempos dos pais da Sociologia.

⁴ Este livro de Comenius pretende ser, como está anunciado logo na capa, um “tratado da arte universal de ensinar tudo a todos”.

⁵ A nossa posição sobre este assunto está plasmada em Garcia, R. P. (2016), pp. 135 – 143.

Valladolid, ocorrido em 1550⁶, sobre se os índios americanos eram ou não seres inferiores. Essa dúvida, triste dúvida, manteve-se para os africanos até muito mais tarde. Note-se que em Portugal, país que há centenas de anos estabeleceu uma forte convivência com povos de tantas latitudes, “só em 1962 [6 de setembro] é que todos os portugueses passaram a ser iguais perante a lei política [revogação do Estatuto dos Índigenas]. Este acto implicou a publicação de um Código do Trabalho Rural, em 27 de Abril de 1962, que tratava todos os trabalhadores por igual sem distinção de etnia” (Moreira, 2008, p. 246). Segundo Comparato (2006), Montesquieu, que viveu no século XVIII, foi dos poucos pensadores do seu tempo a questionar publicamente a escravidão de africanos que então grassava.

O conceito de diversidade não é exatamente o mesmo que diferença. Contudo, por vezes clama-se pela diferença, esquecendo-se da diversidade. E em nome da diferença reclamam-se direitos diferentes, onde se inclui o direito à desumanidade. Como nos adverte o filósofo francês Luc Ferry, do direito à diferença à diferença dos direitos vai apenas um pequeno passo (Ferry, 1999). Mais ainda, em nome de um grupo os valores humanos são colocados a um nível inferior. Primeiro o grupo e só depois o homem. É uma posição intolerável, provavelmente uma consequência do niilismo, de um mundo sem fronteiras de qualquer natureza, da ausência de um sentido superior que trace o caminho a seguir pelo homem. Todos os grupos falam “com voz própria na defesa dos seus interesses, das suas perceções, dos seus projetos de poder, das suas utopias” (Moreira, 2009, p. 160), parecendo não existir um projeto global, uma *sinfonia universal* como apontavam os estoicos. Parece ser impossível a ampla aceitação do *outro* neste tempo marcado pelo *eu*, mesmo que este pronome diga respeito a um determinado grupo. Infelizmente o quotidiano está aí para nos dar alguma razão.

Diversidade

A diversidade manifesta-se em múltiplas situações, mostrando que ela própria é diversa. Seguindo de perto o pensamento de Manuel Ferreira Patrício (adaptado de Patrício, 2002, pp. 77-80), podemos situar a diversidade nos seguintes domínios:

- a. Cosmodiversidade: o cosmos não é uma entidade formada por um só elemento, mas por uma enorme variedade que unida forma o Universo.
- b. Biodiversidade: a sua defesa é hoje uma constante, seja de um animal de grande porte ou de uma minúscula planta. A biodiversidade é

decisiva para o equilíbrio geral da vida no Planeta, e por tal também do ser humano.

- c. Psicodiversidade: no mundo do psíquico a diversidade está presente, como qualquer pessoa facilmente compreende vendo-se e vendo os outros, ou vendo-se em situações variadas.
- d. Sociodiversidade: a História mostra-nos que não há duas sociedades iguais mesmo quando se trata do mesmo território geográfico. Podemos afirmar que Portugal do século XIX não é o mesmo daquele do século XX, nem deste do início do século XXI. O território é o mesmo, a matriz cultural é a mesma, mas a sociedade vai mudando de forma mais ou menos visível.
- e. Antropodiversidade: a diversidade cultural é provavelmente a maior riqueza do ser humano. Não se pode ser militante da biodiversidade e depois ficar em silêncio perante a destruição de culturas antiquíssimas. Sem querer adentrar nesse assunto, podemos ver na globalização o maior perigo para esta expressão de diversidade.
- f. Pneumodiversidade: no mundo espiritual, a que se refere esta palavra, persiste a diversidade, bastando para se perceber olhar para a multiplicidade de crenças religiosas, mas não só.
- g. Teodiversidade: Quantos Deuses existirão ou existiram? No Cristianismo, monoteísta, Deus é uma expressão da própria diversidade, sendo ao mesmo tempo uno e trino: um só Deus, três Pessoas Divinas.

Porém, as expressões mais evidentes da diversidade humana que aqui queremos desenvolver situam-se no campo cultural, naquilo que denominamos de antropodiversidade. Podemos, apenas por conveniência discursiva, acrescentar a diversidade das línguas existentes, conquanto uma língua se liga intimamente à cultura.

É neste campo cultural, e não em qualquer outro que é possível perceber a multiplicidade humana, não querendo ficar prisioneiros de falsas diferenças, nomeadamente a “raça” – invariavelmente ligada à cor da pele –, a etnia – por vezes um eufemismo de “raça” – e outras diferenças similares.

Como é sabido, em pleno século XX – infelizmente ainda não totalmente debelado – assistimos à emergência de algumas alegadas raças que subjugarão pessoas por não pertencerem às suas. O arianismo, que é uma unidade linguística⁷, foi visto como unidade biológica, e viam os judeus, que é uma unidade religiosa, enquanto pessoas pertencentes a uma outra unidade biológica. Arianos e judeus são pessoas que expressam culturas diversas e não quaisquer expressões de raças humanas. Não há lugar à diferença entre estes povos. O mesmo se pode afirmar em relação ao

⁶ Nestes debates contrapuseram-se a tese de Juan Ginés de Sepúlveda, para quem os índios eram seres inferiores, e a de Bartolomeu de Las Casas, que defendia a posição que os índios eram iguais aos espanhóis, pelo que deveriam ser tratados com humanidade.

⁷ Para Harari (2013) os povos primordiais que falavam sânscrito eram o Arya e o Airiia. Assim, para os filólogos, o falante desta língua deveria chamar-se ariano. Só muito mais tarde é que se quis transformar o ariano numa raça, melhor dizendo, numa pseudo-raça.

“branco”, “negro”, “amarelo” e ao “pele-vermelha”. Não se é diferente por causa de uma coloração que evidencia uma adaptação ambiental. Somos distintos, nem iguais nem diferentes. Infelizmente, ao longo dos séculos, fomos educados no sentido de estabelecer diferenças e não de perceber a magnificência do ser humano, de qualquer ser humano.

É por este diapasão que queremos observar a Pessoa com deficiência, isto é, como exemplo da diversidade humana.

Jogos Paralímpicos

Os Jogos Olímpicos constituem-se numa das maiores manifestações da contemporaneidade, possibilitando a emergência de autênticos deuses da atualidade por via dos seus desempenhos desportivos. Ninguém fica indiferente ao que se passa no complexo olímpico, cujas raízes têm pelo menos cerca de 2800 anos.

Sem qualquer radicalismo de nossa parte podemos afirmar que há uma cultura olímpica que se revela a todo o instante, cujo campo semântico ultrapassa o mundo desportivo. O olimpismo instaurou uma ética que repousa numa tradição antiquíssima proveniente da Antiga Grécia. Participar nos Jogos Olímpicos como atleta, treinador, dirigente, público ou em qualquer outra condição é uma honra que não deixa ninguém indiferente.

Durante muito tempo – olhe-se para os Jogos primordiais – a competição olímpica era uma manifestação apenas para homens e mesmo assim fortemente limitada fruto de uma conceção de sociedade que agora se repudia. Só muito recentemente é que as mulheres puderam assumir-se como olímpicas com as mesmas possibilidades competitivas que os homens. Homens e mulheres são duas possibilidades da diversidade humana, participando nos Jogos de igual forma, atendendo-se apenas a essa condição diversa. Não há uns Jogos para a condição masculina nem outros para a condição feminina. Não! Há Jogos que atendem à diversidade.

Por esta ótica o desporto adapta-se a quem o pratica. É por isso que as redes de Voleibol das competições masculina e feminina possuem alturas diferentes, ou os pesos dos engenhos para as provas atléticas de lançamento são também diferentes consoante o sexo e as idades dos praticantes, não devendo a expressão “desporto adaptado” ser sinónimo de “desporto para Pessoas com deficiência”. Essa adaptação vai ao encontro da diversidade dos seus praticantes.

Nos Jogos Olímpicos são consideradas ainda outras manifestações de diversidade humana, nomeadamente o peso corporal em modalidades como o Pugilismo, Halterofilismo, Judo e Remo. Tenha-se 50 ou 120 quilogramas há nos Jogos atividades destinadas a todas essas pessoas, não existindo uns Jogos para “magros” e outros para “gordos”, como já não há – já houve – Jogos para homens e outros para as mulheres. O sexo e/ou peso corporal patenteiam a diversidade humana e não a diferença. Não se diz que se é diferente por se pesar 50

ou 120 quilogramas. A performance desportiva evidenciada por homens, mulheres, pessoas com peso mais leve ou mais pesado é equivalente. Todos conseguem resultados excecionais!

Também é notável a excelência patenteada nos Jogos Paralímpicos pelos seus participantes. Aliás, nem poderia ser de outra forma. Nos Jogos estão os melhores do mundo nas suas modalidades, atletas que treinam ao mais elevado nível, buscando a excelência humana, ou seja, aquilo que o ser humano consegue alcançar.

As proezas atléticas não são em nada inferiores àquelas atingidas nos Jogos Olímpicos, mas a sua celebração e reconhecimento são em tudo inferiores.

Os Jogos Olímpicos não acolhem as Pessoas com deficiência. Tal como no passado havia Jogos para homens e outros para mulheres, agora há os Jogos Olímpicos para uns, e outros para as Pessoas com deficiência, que assim são arredadas da maior competição desportiva mundial.

Ter peso diferente é visto como uma diversidade e por tal considerada nas competições olímpicas. **Ter** uma deficiência é visto como ser alguém diferente, e por tal remetido para outros Jogos!

Intencionalmente realçamos a palavra “ter” para salientar que estamos no campo físico (ter mais peso, não ter um membro ou, por exemplo, não ter visão) e não no plano da existência humana, que seria indicada através da palavra “ser”.

Defendemos uma outra conceção de Jogos Olímpicos, uns Jogos que acolham mais e mais a diversidade humana, onde haja, como há, uma prova de 100 metros para homens e outra para mulheres, e depois, naturalmente, uma para cegos, outra para cegas, outra ainda para amputados e mais uma para amputadas. Defendemos que cada prova, dentro de uma determinada razoabilidade, atribua um certo número de títulos olímpicos, respeitando os modelos pessoais existentes, não havendo Jogos separados para pessoas que buscam o máximo da excelência humana⁸.

Compreendemos o problema logístico inerente a esta proposta, mas já houve desafios análogos em tempos passados. Se bem que foi em 1924, Paris, que apareceu a Aldeia Olímpica, só em 1932, Los Angeles, é que esta foi totalmente equipada para possibilitar o conforto necessário aos atletas. Porém, por “problemas” logísticos as atletas ficaram hospedadas num hotel. Com o tempo esse “problema” foi ultrapassado, e hoje não se concebe uma separação entre homens e mulheres no que concerne ao alojamento olímpico.

Outra dificuldade que pode ser pressentida na proposta apresentada diz respeito à duração necessária para a realização dos Jogos. Não cremos que esta objeção seja real quando analisamos o calendário olímpico, pelo

⁸ Nos Jogos Olímpicos da Juventude procura-se a excelência numa dada idade e não o expoente máximo do ser humano, pelo que faz sentido a sua permanência autónoma. O campeão olímpico ou paralímpico assume-se como aquele que se aproxima do limite humano dentro da sua condição particular (homem/ mulher, “normal”/Pessoa com deficiência).

menos em muitas modalidades desportivas. Em regra, as modalidades concentram-se num determinado período dos Jogos (ver, por exemplo, Atletismo e Natação), não se estendendo à totalidade do tempo olímpico.

Mesmo que a logística seja um fator a levar em devida conta, e é, o humanismo inerente à proposta aqui idealizada deverá sobrepor-se e ser a preocupação central do Movimento Olímpico contemporâneo. Entendemos que os aspetos logísticos têm de estar ao serviço do ser humano e não este a ficar subordinados a eles. Esta afirmação baseia-se no princípio enunciado pelo Concílio do Vaticano II, traduzido na posição que as instituições têm de estar ao serviço do Homem e não o Homem ao serviço das instituições.

Apenas como mero exercício comparativo, podemos analisar a história da mulher nos Jogos, mesmo da antiguidade. É nossa percepção que a sua ascensão no areópago olímpico acompanha a sua crescente afirmação no seio da sociedade. O desporto encerra em si as contradições existentes na sociedade, sendo um seu microcosmo, pelo que evidencia mesmo tensões civilizacionais. A prática desportiva pela mulher é um exemplo onde a exceção passou a regra, sendo “tão” olímpica como a masculina. Queremos poder um dia dizer exatamente o mesmo em relação ao olimpismo para Pessoas com deficiência! Provavelmente o caminho é muito longo, para mais numa sociedade que parece que ainda não consegue ver a Pessoa com deficiência como alguém pertencente à categoria *nós*, ou seja, a *todos*, utilizando expedientes, embora repletos de uma extrema generosidade que nos animam, que ainda não conseguem atingir o principal objetivo. A Pessoa com deficiência ainda é vista como o *outro*.

Quando tal acontecer, então não haverá mais lugar à inclusão. **Todos**, finalmente, **seremos sociedade!**

Conclusões

Embora o propósito deste breve ensaio não seja extrair conclusões, é possível salientar alguns aspetos que entendemos ser decisivos nesta explanação sobre a Pessoa com deficiência.

O ser humano rege-se por uma extraordinária diversidade, o que o torna ímpar na globalidade da vida. Não se trata de um capricho discursivo, mas de uma realidade concreta cada vez mais percebida e incorporada no ideário comum. É baseado neste princípio que defendemos o conceito *comeniano* de **Todos**, seja na educação, na sociedade ou, no nosso caso, nos Jogos Olímpicos, pelo que teremos de ver uma determinada deficiência como mais uma possibilidade da diversidade humana.

Embora reconheçamos que a intenção do conceito de inclusão e o surgimento dos Jogos Paralímpicos sejam nobres, neles ainda reside a semente da diferença e não da diversidade, pelo que urge continuar a pugnar por uma sociedade efetivamente marcada pela dignidade, onde todos, mas mesmo todos sejam humanos sem mais adjetivos diferenciadores. Quando assim for, não mais

fará sentido falar em inclusão ou separar as Pessoas com deficiência dos Jogos Olímpicos.

Referências

- Comenius, J. A. *Didática Magna*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Edição de 1996).
- Comparato, F. (2006). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ferry, L. (1999). A escola da República e os direitos do homem. In Jean-Pierre Changeau (direcção), *Uma mesma ética para todos?* Lisboa: Instituto Piaget, pp. 185 – 195.
- Garcia, R. P. (2016). Educação multicultural: uma exigência ética. In José D. L. Pereira, Marcelino S. Lopes e Maria L. Cabral (coordenadores), *Animação multicultural. Globalização, multiculturalismo, educação intercultural e intervenção comunitária*. Lisboa: Intervenção, pp. 135 – 143.
- Harari, Y. (2013). *Sapiens. De animal a Deuses. História breve da humanidade*. Amadora: Vogais.
- Lévinas, E. (2001). *Entre nosotros. Ensayos para pensar en outro*. Valencia: Pre-Textos.
- Moreira, A. (2008). *A espuma do tempo. Memórias do tempo de vésperas*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, A. (2009). *A circunstância do Estado exíguo*. Loures: Diário de Bordo.
- Patrício, M., Sebastião, L. (2004). *Conhecimento do mundo social e da vida. Passos para uma pedagogia da sagesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Patrício, M. F. (2002). A Escola Cultural. Uma resposta à tensão globalização – diversidade. In Manuel Patrício (org.), *Globalização e diversidade. A Escola Cultural como uma resposta*. Porto: Porto Editora, p. 73 – 85.
- Santos, B. S. (2001). Os processos da globalização. In Boaventura Sousa Santos (org.), *Globalização. Fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento, pp. 31 – 106.